



# Meirelles nega derrota na Câmara

Apesar de projeto de socorro aos Estados ter sido aprovado com uma só contrapartida, ministro disse que ajuste não ficou enfraquecido

**Eduardo Rodrigues**  
**Idiana Tomazelli** / BRASÍLIA

No dia seguinte ao revés da equipe econômica no Congresso, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, tentou exaustivamente explicar que a retirada de uma das duas contrapartidas antes consideradas “inegociáveis” do projeto de renegociação da dívida dos Estados com a União não foi uma derrota. Ele bateu na tecla de que a adoção do teto para o crescimento das despesas estaduais é suficiente para garantir o ajuste fiscal exigido pelo governo federal.

Consciente do desgaste que as idas e vindas do texto causa-

● **Justificativa**  
“A restrição a reajustes salariais nos Estados era uma medida auxiliar; sua saída não enfraquece o ajuste”

**Henrique Meirelles**  
MINISTRO DA FAZENDA

ram na imagem de rigor fiscal que ele tenta imprimir desde que assumiu o ministério, em maio, Meirelles negou que a equipe econômica esteja perdendo espaço no governo, cuja ala política tem feito concessões sempre que demandada pelo Congresso.

O próprio Meirelles esteve à frente da negociação com governadores e secretários estaduais de Fazenda. O acordo, por um lado, concedia uma moratória de seis meses para o pagamento das dívidas com a União; por outro, trazia compromissos importantes por parte dos Estados para corrigirem a trajetória insustentável de suas finanças.

Mas, 40 dias após o acordo ser firmado, apenas o texto-base foi aprovado na Câmara, e sem diversas exigências desejadas por Meirelles que garantiriam que os Estados pudessem cumprir o limite de gastos, como as proibições de realização de concursos e de reajustes dos salários dos servidores pelos próximos dois anos. O governo não conseguiu nem mesmo o quórum ontem para a votação

dos quatro destaques ao projeto, o que adia ainda mais o envio da matéria ao Senado.

“Críticas na imprensa de que a equipe econômica teria sofrido derrota não retratam a situação real. A restrição a reajustes salariais nos Estados era uma medida auxiliar, e a sua saída do projeto não enfraquece o ajuste”, argumentou Meirelles, que participou de um almoço com parlamentares e empresários. “Os governadores terão prerrogativa para mandarem projetos de reajuste, desde que caibam no teto de aumento do seus orçamentos”, completou.

Antes de ceder na questão do reajuste, o governo já havia acertado a retirada de todos os artigos do projeto da dívida que alteravam a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Essas mudanças pretendiam elevar o rigor na contabilidade dos Estados, que hoje “maquiam” contas, como a de despesas de pessoal.

Mesmo com o discurso ensaiado dos ministros, a percepção entre secretários estaduais de Fazenda é de que houve derrota, ainda que tenha sido garantida a melhor versão possível. “O ministro sabe da necessidade de adequar os gastos públicos de todos os entes federados à capacidade fiscal. Nesse ponto, acho que ele e sua equipe infelizmente foram derrotados”, disse o secretário de Fazenda de Santa Catarina, Antonio Gavazzoni.

“Não vejo como derrota de Meirelles, mas do processo como um todo. É só lembrar o ônus que os governadores terão de assumir sem as ferramentas adequadas”, afirmou a secretária de Fazenda de Goiás, Ana Carla Abrão. “Foram-se os anéis, um pedaço do dedo, mas a gente aprovou, com ao menos uma contrapartida.” Já o secretário estadual de Fazenda de São Paulo, Renato Villela, discorda da visão de que foi uma derrota para o governo. “Meirelles aprovou um projeto com consistência. Só lamento que os Estados perderam um instrumento importante.”

ANTONIO CRUZ/AGÊNCIA BRASIL



**Acordo.** Meirelles estava à frente da negociação com governadores e secretários estaduais



# Confusão marcou estratégia do governo

BRASÍLIA

Até consentir na retirada do “inegociável” artigo proibindo reajustes salariais acima da inflação nas administrações estaduais, o governo federal emitiu sinais desencontrados e expôs estratégia confusa e sem afinança. O resultado foi a interferência direta e de última hora do presidente em exercício, Michel Temer, que concordou em voltar atrás em relação às exigências do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Mesmo assim, a votação do projeto de repactuação da dívida dos Estados não passou do primeiro passo, a aprovação do texto-base.

Pouco depois das 21h de terça-feira, o relator do projeto, deputado Esperidião Amin (PP-SC), caminhava por uma área reservada da Câmara, conversando ao celular com Temer. Fazia o relato de que, sem a retirada da exigência, a tendência era o projeto não passar. Quase ao mesmo tempo, em outra área, o líder do governo na Câmara, André Moura (PSC-SE), conversava com Meirelles fazendo basicamente a mesma avaliação.

A base aliada aproveitou a interinidade do governo para aumentar a pressão. Encorajados pela proximidade das eleições, parlamentares argumentaram que seria difícil justificar um veto a reajuste durante a campanha. Confrontaram o governo e ameaçaram com a derrota.

Contra a parede, Temer deu aval à mudança. Ao desligar o telefone, Amin foi diretamente para a Câmara e anunciou a mudança. Enquanto isso, Temer ligou para seu ministro e, em longa conversa, justificou a decisão.

**Idas e vindas.** O acordo com os Estados havia sido fechado em 20 de junho, mas sua tramitação no Legislativo pouco andou até início de agosto, quando o Congresso retomou os trabalhos após o recesso. Então, em apenas dois dias, líderes da base e da oposição conseguiram desidratar o projeto.

No desenho inicial, a previsão era que, para terem acesso a condições mais vantajosas de pagamento da dívida com a União, os Estados teriam de firmar cinco compromissos. No dia 2 de agosto, nova versão articulada por parlamentares da base mantinha apenas o teto de gastos.

A movimentação acendeu o alerta na Fazenda, que convocou entrevista coletiva às pressas. Tudo para que Meirelles pudesse destacar que o teto de gastos era a contrapartida essencial; as demais, “de segunda importância”. A tentativa de minimizar o que se desenhava como derrota foi mal recebida por analistas e pelos gestores nos Estados, que contavam com as ferramentas para poder cumprir o ajuste fiscal prometido à União.

Diante da repercussão negativa, o ministro voltou atrás dois dias depois e disse que as duas contrapartidas, o teto de gastos e a restrição aos reajustes, não eram objeto de negociação. A declaração gerou reação imediata de Amin, que advertiu ao governo sobre o provável “gol contra” na questão dos aumentos.

Em meio aos embates públicos, Temer reuniu Meirelles, Amin, Rodrigo Maia e outros representantes do governo em almoço no Planalto na segunda-feira para tentar alinhar o discurso. Meirelles saiu seguro de que as duas contrapartidas “inegociáveis” estavam mantidas e convocou nova entrevista.

Faltou ao governo, porém, convencer os deputados da base, que retomaram nos bastidores as tentativas de derrubar o veto a reajustes. O deputado Rogério Rosso (PSD-DF) apresentou emenda para tentar suprimir o trecho do projeto.

Ao longo do dia da votação, as mensagens que vinham de gabinetes no Planalto eram de que o governo havia conseguido convencer Rosso a retirar a emenda, o que não se confirmou. Em vez disso, o deputado deu o recado: a derrota do governo era certa, pois ele contava com o apoio de outros parlamentares da base e também da atual oposição.

Apropriada secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, foi à Câmara à noite para conversar com deputados. Na Fazenda, não havia posição oficial, mas cogitava-se derrubar no Senado as eventuais mudanças feitas pela Câmara – o que parecia um contrassenso, pois o projeto teve origem na Câmara e para lá voltará se o Senado mudar o texto.

Quando Amin procurou Temer para a sentença, a rebelião dos deputados havia ganhado força e já mirava a outra contrapartida, do teto de gastos, crucial para não criar a imagem de que o acordo, que custará R\$ 50 bilhões aos cofres da União em três anos, não passaria de benesse aos Estados. A ameaça tomou outras proporções.

“O presidente tinha de fazer uma escolha. A votação de fato correu risco”, disse a secretária de Fazenda de Goiás, Ana Carla Abrão, que também falou com deputados para tentar demovê-los de retirar a cláusula do reajuste. Antes da conversa de Amin e Temer, um interlocutor disse que o governo admitia preferir ser derrotado na Câmara a mudar o projeto e contrariar Meirelles. Temer chegou a chamar o ministro antes da votação e sinalizou que o governo “está ao seu lado” e “não o deixará ser derrotado sozinho”. / I.T., IGOR GADELHA, CARLA ARAÚJO E TÂNIA MONTEIRO